



Experiências Transformadoras

Projeto Mulher Livre de Violência: uma experiência de fortalecimento do protagonismo das mulheres rurais

Violence-Free Women Project: an experience in strengthening of rural women's protagonism

Camilla Rodrigues Paiva¹

Juliana Lemes da Cruz²

Ana Carolina Damasceno Cavalcanti¹

Aruana Rocha Barros Lopes¹

Ellen Cristina Rodrigues Neves¹

Fernanda Arueira de Siqueira¹

Deliene Fracete Gutierrez¹

Priscila Barbosa dos Santos¹

Valéria Cristina da Costa¹

Millany Rodrigues de Souza¹

Mayra Soares Santos¹

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

² Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo buscou apresentar a experiência do Projeto Mulher Livre de Violência, desenvolvido junto às mulheres de uma comunidade rural do município de Teófilo Otoni, Minas Gerais. O objetivo do artigo foi expor os principais aspectos no que se refere às fases de implementação, desenvolvimento e fortalecimento da iniciativa como potencial viável à transformação das realidades das mulheres em situação de violência. Para tanto, recorreu-se à pesquisa documental, onde foram analisados relatórios mensais produzidos no âmbito da equipe do Projeto MLV entre os anos de 2018 e 2020, subsidiados por referências teóricas pertinentes. Considera-se, além disso, a reorientação das atividades frente ao cenário de pandemia de Covid-19. Seus resultados demonstram a importância do fomento à conexão entre as mulheres diante das lacunas das políticas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Violência Contra a Mulher, Igualdade de Gênero, Comunidades Rurais.

Abstract This article sought to present the experience of the Women Free of Violence Project, developed with women from a rural community in the municipality of Teófilo Otoni, Minas Gerais. The objective of the article was to present the main aspects regarding the phases of implementation, development and strengthening of the initiative as a viable potential to transform the realities of women in situations of violence. To do so, documentary research was used, where monthly reports produced within the MLV Project team between the years 2018 and 2020 were analyzed, subsidized by relevant theoretical references. In addition, the reorientation of activities in the face of the Covid-19 pandemic scenario was considered. Its results demonstrate the importance of fostering connection among women in the face of the gaps in policies aimed at addressing domestic violence against women.

Keywords: Domestic Violence, Violence Against Women, Gender Equality, Rural Communities.

1. Introdução

A violência constitui um fenômeno social e multifacetado, uma expressão de determinada relação de força, que se encontra intimamente associada à dimensão do poder. Sob seu aspecto negativo, Foucault¹ esclarece que o "poder" serve à ideia de controle, limite e dominação. Nessa direção, a violência de gênero contra as mulheres envolve a dimensão relacional e, por vezes, constituem condutas específicas que infringem as leis formais criadas pelo Estado. Deste modo, o

reconhecimento público estatal de determinada manifestação violenta como um crime, demanda a inserção do problema na agenda política no âmbito dos governos.

É consenso que o fenômeno da violência contra as mulheres vem sendo debatido no contexto global de forma intensa desde que houve o reconhecimento de que sua superação é “condição necessária para a construção da humanidade”². Vale lembrar que, no Brasil, o cenário de produção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres teve como importante inflexão, a criação em 2003, da Secretaria de Polícias para Mulheres (SPM), em âmbito federal. E em um segundo momento, a promulgação da Lei nº 11.340 de 2006.

Assim, com base em tratados e normas internacionais, as quais o Brasil tornou-se signatário, foram elaboradas normativas nacionais para fazer frente ao problema. Nesse sentido, considera-se nova a judicialização da criminalização da violência contra as mulheres, que ocorreu sob o amparo de legislação específica em razão da promulgação da Lei nº 11.340 em 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha)³.

Conforme esta legislação, entende-se como violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”³. A Lei enumera cinco modalidades de violência: a física, a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial. Por meio desse dispositivo legal, equipamentos públicos dos campos da segurança pública e do sistema de justiça puderam dispor de condições objetivas para efetivar a proteção das vítimas e a punição dos agressores².

No cenário da violência contra a mulher, a que ocorre, predominantemente, na esfera doméstica, assumiu lugar de destaque nos últimos 30 anos. Baseada na dimensão relacional, é melhor compreendida a partir da perspectiva de “gênero” como categoria de análise central.

O termo “gênero”, que usualmente segue composto ao termo “violência”, para assinalar que diz respeito à condição de mulher, refere-se à uma construção social, política e cultural das masculinidades e feminilidades, bem como, das relações sociais que os envolvem⁴.

Segundo Louro⁵, no âmbito da cultura é que se constituem os processos do ser homem e ser mulher.

Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente⁵.

A autora acrescenta que esse processo, sempre inacabado, tem na “família, escola, igreja, instituições legais e médicas”, importantes componentes constitutivos. Nessa direção, Scottó, que compreende gênero como um elemento associado às relações sociais, sinaliza que o define a partir de duas partes integradas.

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. [...] torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres⁶.

Nesse sentido, alinha-se à noção de violência de gênero, a compreensão de que esta representa uma expressão das relações de poder, dos papéis socialmente construídos e associados ao masculino e feminino. E, no presente estudo, relações tensionadas no âmbito rural.

O projeto Mulher Livre de Violência (MLV) foi criado a partir da experiência de policiais militares do 19º Batalhão de Polícia Militar de Teófilo Otoni-MG no ano de 2016. A proposta inicial pautou-se na difusão de informações sobre a Lei Maria da Penha e o esforço à articulação da rede de enfrentamento local, uma vez que foram identificadas pela equipe importantes lacunas relacionadas ao assunto.

Suas ações permeiam as metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030): igualdade de gênero, consumo e produção responsáveis⁷. Sua visão futura é tornar-se referência na defesa dos direitos humanos das mulheres e na promoção da igualdade de gênero em Minas Gerais. Para isso, movimenta-se a partir de princípios como igualdade e respeito à diversidade, defesa dos direitos humanos femininos, prevenção e enfrentamento da violência contra meninas e mulheres, valorização da identidade local, autonomia, participação e controle social e produção artesanal sustentável.

No ano de 2018, apoiado pela Associação Feminina de Assistência Social e Cultura (AFAS) e pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), constituiu um grupo de trabalho permanente para desenvolvimento de encontros mensais com 45 meninas e mulheres da comunidade rural do Cedro, com foco tanto àquelas que já sofreram algum tipo de violência, quanto àquelas que já superaram ou acreditam nunca terem passado por violências. A iniciativa que conta com uma equipe multidisciplinar voluntária, composta por docentes, discentes e profissionais das áreas de fotografia, medicina, ciências sociais, serviço social, administração, agronomia, dentre outras, constitui um projeto de extensão universitário registrado pelo GEPAF/UFVJM – Campus Mucuri.

A comunidade rural do Cedro está distante 10 km da sede do município de Teófilo Otoni, engloba localidades circunvizinhas que comportam cerca de 200 famílias, as quais têm na Associação Comunitária Barra do Cedro, na Unidade Básica de Saúde, na Escola e nas duas igrejas (católica e adventista), suas principais referências. As famílias, geralmente são constituídas por relação de parentesco, o que condiciona as relações comunitárias⁸.

De acordo com os dados dos Diagnósticos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais, desde o ano de 2014, o município de Teófilo Otoni apresenta índices acima da média do estado em registros policiais relacionados à violência doméstica, o que está atrelado a uma incipiente articulação da rede de enfrentamento local⁹. Dos 60 municípios do baixo e médio Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, apenas os municípios de Teófilo Otoni e Nanuque possuem Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); 15 municípios possuem Delegacia de Polícia Civil durante o dia; e 4 municípios possuem Delegacia de Polícia Civil durante o período noturno. Os apontamentos acima refletem a dimensão da lacuna que separa as usuárias rurais do acesso aos serviços disponíveis da rede¹⁰.

Dessa forma, considerando que a violência é múltipla, os esforços de setores e instituições distintas para fazer frente às demandas das mulheres é uma exigência¹¹. Nesse sentido, na direção da noção de igualdade de gênero, inscrita no rol das políticas transversais, que nutre estreito diálogo com as políticas setoriais, o projeto tomou forma e se consolidou.

O objetivo do Projeto MLV é prevenir a violência contra meninas e mulheres pela via do empoderamento feminino e autonomia econômica. Trata-se de uma iniciativa replicável a qualquer comunidade porque respeita a singularidade de cada lugar, considera o histórico sociocultural e constrói as atividades a partir do diálogo com as meninas e mulheres locais. Diante disso, o presente artigo visa descrever a experiência do projeto MLV, relatando suas potencialidades, desde o processo de implementação até o contexto pandêmico atual.

Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa documental por meio do acesso aos relatórios dos encontros mensais promovidos pela iniciativa, bem como, à utilização de referenciais que subsidiassem reflexões a partir do cenário apresentado. Os citados relatórios encontram-se armazenados por meio físico junto às pastas de trabalho da equipe do projeto MLV, sob a estrutura física do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF), localizado no Núcleo Integrado de Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), campus Mucuri.

Ao ser formulado, o presente artigo teve como ponto de partida interesse em expor a iniciativa enquanto potencial de transformação social, bem como, inquietações provocadas pela atual conjuntura mundial que demandou mudanças dos hábitos em sociedade. O vírus SARS-Cov-2, nomeado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19¹² é o responsável pela maior ameaça à saúde pública desde a pandemia de H1N1 em 1918, a chamada “gripe espanhola”¹³. Dentre as recomendações da OMS, a de isolamento social tem produzido impactos à vida das

mulheres. Estudos mostram que durante a pandemia de Covid-19 as violências contra as mulheres têm se intensificado¹⁴.

O presente artigo, além desta introdução, segue estruturado em: percurso metodológico, principais resultados, discussão e considerações finais.

2. Percurso Metodológico

O projeto MLV teve apoio inicial da Associação Feminina de Assistência Social – AFAS, uma organização não governamental associada à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e ao Corpo de Bombeiro de Minas Gerais (CBMMG) que incentiva os projetos sociais idealizados, voluntariamente, por policiais e bombeiros de Minas Gerais junto as suas comunidades. Desde o ano de 2016, parcerias com outros militares, instituições, voluntários e, principalmente, com a equipe do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem sido fortalecidas. Inscrita desde 2018 como projeto de extensão universitária, registrado junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/PROEXC TO, sob o nº 015.2.051-2018/UFVJM.

As principais motivações para a escolha do local do projeto foram a localidade distante dos pontos de apoio às mulheres, as relações sociais sob forte apelo patriarcal e clientelista, a demanda de líderes comunitárias à equipe da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica do 19º BPM, relação de uma liderança com o projeto do Núcleo de Agroecologia do GEPAF e a invisibilidade dos relatos de violências sofridas, que não aparecem nas estatísticas oficiais, pois, são subnotificadas.

O projeto, enquanto ação de extensão do GEPAF/UFVJM permite o diálogo entre a comunidade acadêmica e as mulheres rurais de municípios da região, locais com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e historicamente marcados pelo coronelismo, com forte influência do patriarcado. Para execução da iniciativa piloto, foi escolhido um grupo de mulheres da comunidade rural do Cedro, localizada no município de Teófilo Otoni, além de ações em 5 dos 10 municípios com menor IDH do estado, a saber: Crisólita, Bertópolis, Novo Oriente de Minas, Monte Formoso e Setubinha, os quais já são envolvidos em trabalhos da UFVJM atinentes às tecnologias sociais¹⁵.

Desde o mês de abril de 2018 os encontros mensais, que duram em média quatro horas, acontecem com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres apoiado em duas frentes: o empoderamento feminino e a autonomia econômica. Na primeira, são trabalhadas oficinas, dinâmicas, palestras, vídeos, intercâmbios e rodas de conversa, discutindo temáticas diversas. Na segunda, segue à produção do artesanato criativo, valorizando a memória local e explorando os significados que suas vivências trazem. Inspirado na experiência chilena adotou-se a técnica de bordado Arpillera, considerada um instrumento de resistência das mulheres no período da ditadura de Augusto Pinochet, naquele país, entre 1973 e 1990¹⁶. Esta proposta foi apresentada ao grupo e acolhida. Como insumo, o projeto recebeu doações de tecido do fardamento dos policiais e bombeiros militares de Minas Gerais, além de aviamentos e retalhos dos parceiros e pessoas da sociedade civil. O material é transformado em bolsas dos tipos tira-colo e nécessaire, cuidadosamente ilustradas com as realidades das mulheres. Muitas, nunca antes verbalizadas.

A dimensão da sustentabilidade é um dos princípios fundamentais da proposta, o artesanato criativo reutiliza as fardas doadas, incentivando, também, a resignificação da chamada “segunda pele” dos profissionais da segurança pública. Dessa forma, as peças valorizam os saberes das mulheres do lugar, suas vivências, alegrias e desafios, ao mesmo tempo que propõem a produção artesanal sustentável e a aproximação com as duas instituições militares (Figuras 1, 2 e 3).

Figura 117 – Artesanato criativo sustentável com reutilização de fardas e tecidos doados.



Figura 217 – Flâmula temática e almofada – Reutilização de tecidos doados e farda.



Figura 317 – Encontro mensal – palestra e roda de conversa



Nesses trabalhos, elas materializam, por meio das imagens, a realidade das mulheres rurais daquela comunidade, expressando, muitas vezes, pedidos de socorro pelas violências sofridas. A estratégia é abordar a temática da violência doméstica de modo indireto, uma vez que, em contexto rural, a naturalização da violência inviabiliza sua inserção como pauta. Vale ressaltar que os produtos (flâmulas, bolsas, *necessaire*, almofadas) negam os papéis de gênero e fomentam a autoestima feminina, visto que não são representados pelos tradicionais artigos de “cama, mesa e banho”.

Em relação à forma de comercialização, 70% do valor arrecadado é destinado às artesãs e 30% é revertido para a manutenção do projeto. As peças são expostas em feiras locais, em redes sociais e em um ponto fixo da Economia Solidária em Teófilo Otoni.

Nos encontros periódicos, junto com as práticas de artesanato, são fomentadas atividades que englobam informações sobre direitos, políticas públicas voltadas para as mulheres, serviços

direta ou indiretamente disponíveis a elas e sobre saúde da mulher. Ao longo dos anos aconteceram participações em canais de comunicação como rádio, televisão e redes sociais, que serviram de instrumento para mobilização, difusão das informações e comercialização das peças artesanais. Os encontros propostos compõem: palestras, oficinas de artesanato criativo, exposição de documentários e filmes curtos, rodas de conversa, planejamento de intercâmbios, dinâmicas de grupo e atividades de construção individual para retorno aos encontros posteriores (Figura 3).

Como as atividades desenvolvidas anteriormente eram presenciais, no atual contexto de pandemia, o projeto adaptou-se e elaborou algumas alternativas: foi criada uma rede de contatos para mobilização das mulheres, foram produzidos vídeos curtos, publicações semanais nas redes sociais, a confecção de máscaras de tecido e a campanha "Mulheres na linha de frente" - que homenageou com a exposição em uma coluna semanal de um jornal impresso regional, a experiência das mulheres diante da pandemia. Foram promovidos, ademais, encontros virtuais, que encontram-se hospedados em plataformas públicas, sobre a história do projeto e diversos debates acerca de temas relacionados ao feminismo, políticas públicas, violência doméstica, maternidade e saúde da mulher, com uma média de 180 visualizações.

A previsão de impacto direto a partir de 2021 foi estimada em 50 mulheres do Cedro e 150 mulheres de outras comunidades. As ações promovidas geram benefícios aos familiares das mulheres envolvidas, uma vez que as temáticas trabalhadas influenciam diretamente o contexto doméstico, permitindo mudança de hábitos e entendimento de mundo. Além deste universo, beneficiam-se outras pessoas que têm contato com as participantes, as quais atuam como difusoras das informações compartilhadas.

A orientação metodológica do projeto baseia-se na pedagogia Freireana de educação e de extensão rural partindo do saber dos educandos em ambientes de troca e construção de conhecimento, com a participação de professores, estudantes, técnicos e agricultores em contraposição ao difusionismo tecnológico que já se mostrou um método inadequado de educação para o desenvolvimento do campo¹⁸.

3. Principais Resultados

Todas as ações do projeto MLV têm como finalidade a conscientização transformadora sobre prevenção à violência doméstica de mulheres rurais e sobre as formas de enfrentamento, o fortalecimento do protagonismo das mulheres por meio do incentivo à autonomia econômica, o incentivo à multiplicação das iniciativas sustentáveis e a consolidação da rede de apoio às mulheres rurais.

Diante disso, os principais resultados alcançados foram: cadastro de mulheres em situação de violência doméstica junto à PPVD do 19º BPM, valorização da identidade local, geração de renda, sensibilização da tropa (PMMG e CBMMG), difusão de saberes intra e extra comunidade, média de participação de 37 mulheres nos encontros, encorajamento para a denúncia, reflexões sobre os "papéis" atribuídos ao gênero feminino e superação de medos, insegurança e vergonha de falar sobre a violência sofrida.

Além dessas repercussões positivas, a iniciativa recebeu doações essenciais para o progresso das atividades: 4 máquinas de costura, aviamentos, retalhos e tecido de fardamento doados utilizados na confecção dos artesanatos; materiais multimídia (projeter, caixa amplificadora de som, notebook, microfone, máquina fotográfica) para os eventos e para a divulgação do projeto. É importante destacar o reconhecimento na área de atuação em níveis municipal, estadual e nacional, com homenagens na Câmara Municipal de Teófilo Otoni em 2021 e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2019 e 2020; por convite, a apresentação da iniciativa na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF; e o Selo de Práticas Inovadoras no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres – 2019, concedido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Com o início do isolamento social no município, desde o final do mês de março, a equipe recebeu relatos que evidenciam o esforço das mulheres em manter o vínculo de apoio comunitário que foi prejudicado em virtude do distanciamento entre a população, as instituições e grupos de apoio em formato físico.

Inequívoco reconhecer que o impacto da Covid-19 foi profundo em âmbito mundial e a ameaça que ele provoca à saúde pública é a mais grave desde a pandemia de influenza H1N1 de 1918, protagonizada pela chamada “gripe espanhola”¹³.

Estudos mais recentes¹⁹ sobre os impactos causados pela Covid-19 em diferentes regiões do mundo mostram que as populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão mais expostas à contaminação. Fatores que compõem a vida social fazem parte dos determinantes sociais em saúde, influenciando no processo de adoecimento da população. Por isso, destaca-se a reorientação da experiência em tempos de pandemia:

a) *Quanto à assistência às mulheres:*

O fortalecimento dos vínculos entre as mulheres, o reconhecimento das violências sofridas por meio de dinâmicas e o desenvolvimento de estratégias que fomentassem a solidariedade entre elas, consolidaram a referência de apoio do grupo. Durante os encontros, de modo reservado, algumas mulheres buscavam ajuda. Relatavam situações e denunciavam abusos. Representavam situações que nunca fizeram parte dos registros oficiais das instituições públicas responsáveis, mas, ocorriam há anos.

Os relatórios analisados dão conta de que os apelos das mulheres eram comuns e significativos. Para Saffioti²⁰, sobre as relações que submetem mulheres às distintas opressões, alguns autores desconsideram a mulher como sujeito, situando-a apenas como vítima, e, por via de consequência, passiva. Porém, a mulher é também sujeito da ação, reagindo às agressões de variadas formas, não ficando apenas em uma posição passiva. Assim, não há objeto, mas sujeitos. Cabe lembrar que “sujeito atua sempre, mesmo situado no polo de dominado”²⁰.

Homens e mulheres não percebem da mesma forma as violências. Por meio de um conjunto simbólico de posturas, homens preservam seus poderes sobre as mulheres, utilizando de violências. Seja no espaço doméstico, seja no espaço público, ou do trabalho. São múltiplas as formas implicadas, e são elas a clara representação da divisão entre os gêneros, a divisão desigual de poder que funda a dominação masculina²¹.

Como alternativas à nova realidade, imposta pela pandemia de Covid-19, os esforços foram sintetizados em três ações: a) *o contato continuado com 04 mulheres de referência para as demais do grupo*; b) *a troca de mensagens individuais e em grupo via redes sociais*; e c) *as visitas mensais de um ou mais componentes da equipe MLV às proximidades das residências de algumas mulheres do grupo*. A ideia é manter os vínculos de apoio e, mesmo que brevemente, “marcar presença”, preservando a relação entre a equipe e as componentes do grupo. No contexto de pandemia e isolamento, as mulheres perderam a conexão com as outras mulheres, um elo fundamental para a sobrevivência²².

O confinamento está promovendo tensão e tem criado pressão pelas preocupações com segurança, saúde e dinheiro. E está aumentando o isolamento das mulheres com parceiros violentos, separando-as das pessoas e dos recursos que podem melhor ajudá-las²⁵.

Por isso, essas ações de suporte presencial esporádico e remoto, mesmo que limitadas, possibilitam que outras mulheres, alheias ao grupo, encontrem nas integrantes uma referência de apoio durante tempos de isolamento. A assistência às mulheres, por meio do contato periódico, tem o objetivo de preservar os vínculos e fomentar o fortalecimento das envolvidas para que possam, além disso, enfrentar o desafio que é conquistar a autonomia econômica.

b) *Quanto à geração de renda:*

Com a pandemia, aproveitando os recursos que o projeto dispõe, a confecção de máscaras de tecido pelas mulheres, em suas próprias casas, foi à maneira encontrada para o não rompimento dos vínculos comunitários e a continuidade da geração de renda, tão importante para a autonomia delas. A reutilização do fardamento, desta vez, foi destinada à confecção de máscaras de tecido para comercialização a preço popular às pessoas da comunidade, e especialmente, aos profissionais das áreas de saúde e segurança pública, linhas de frente no combate à pandemia.

Para fazer frente a esta realidade, a equipe MLV formulou alternativas que concentrou em três ações de fomento à geração de renda: a) *a divulgação dos produtos nas redes sociais*; b) *a*

arrecadação e distribuição do material doado; e c) a venda e abertura de novos canais digitais e físicos de comercialização. A campanha de arrecadação de tecidos e linhas ocorre concomitante à costura das máscaras. Em 30 dias do início da nova iniciativa foram confeccionadas e comercializadas a preço justo, aproximadamente 2.500 máscaras de tecido dupla face. No caso desta confecção, 100% do valor arrecadado é destinado para as mulheres que trabalham nas peças.

Dentre as 45 componentes do grupo, 35 participavam ativamente e metade desenvolvia trabalhos artesanais. Dentre estas, apenas 10 têm máquinas de costura em casa e puderam dar início ao trabalho de confecção das máscaras. As demais, contam com as três máquinas disponíveis no ateliê anexo ao local dos encontros, que fica aberto durante o dia para trabalhos individuais.

De todos os impactos da doença à vida as mulheres do grupo, um, em especial, foi o mais difícil de enfrentar. Após quase um mês de resistência aos agravos da Covid-19, uma das companheiras envolvidas com a confecção das máscaras abandonou involuntariamente tal empreitada. Maria Creuza, que chegou a confeccionar cerca de cem máscaras, deixando uma das peças ainda presa ao pedal da máquina (relato do filho), faleceu em junho, aos 56 anos, vítima do novo coronavírus.

Ao possibilitar o movimento do projeto por meio da formulação e implementação de estratégias adaptáveis às mudanças durante essa grave crise sanitária, busca-se sustentar a autoestima, motivar e empoderar meninas e mulheres mesmo diante de tantos desafios. A renda gerada decorre dos esforços coletivos da equipe no sentido de desenvolver ações voltadas às mulheres para que se sintam encorajadas para identificar violências e produzir reações adequadas à sua realidade, transformando-a a seu tempo.

4. Discussão

A violência contra mulheres engloba distintas facetas: violência doméstica, que tem como sua referência a Lei Maria da Penha; a violência ocorrida em comunidade por qualquer pessoa; a violência institucional, perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes; o tráfico de mulheres; a exploração sexual comercial de mulheres e/ou adolescentes; assédio sexual e moral; o cárcere privado, dentre outros. Todas estas modalidades são permeadas pela dimensão de gênero, que trata da construção social, política e cultural das masculinidades e feminilidades, bem como, das relações sociais que os envolvem²⁴.

Segundo Safiotti²⁵ a questão de gênero é baseada em três vertentes que estão interligadas de tal forma que na realidade concreta é impossível separá-las, o que ela denominou de “patriarcado – racismo – capitalismo”. Três sistemas que teriam se fundido com o advento do capitalismo, tornando-se um único sistema de dominação-exploração que caracteriza as relações de gênero. Desse modo, os três conceitos uniram-se a tal ponto que seria impossível abordar qualquer um deles sem considerar os outros dois.

Sales²⁶ afirma que a presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato, mesmo que invisível, e não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas. É a partir desse empenho, do apoio de coletivos de enfrentamento e, principalmente, da implementação de políticas públicas, que é possível a inserção da mulher nos espaços e o avanço no combate ao patriarcado.

O enfrentamento à violência doméstica contra mulheres adentrou a agenda política, como resultado da luta histórica dos movimentos feministas, especialmente a partir da década de 1970, quando as violências cotidianas em âmbito familiar começaram a se tornar públicas²⁷. As políticas públicas de enfrentamento à violência tomaram forma, no Brasil, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), no ano de 2003, pelo governo federal. Desde então, os esforços são norteados para o incentivo à integração intersetorial e interinstitucional dos serviços disponibilizados às mulheres²⁸.

Em 2006, foi promulgada a lei nº 11.340 pelo Congresso Nacional, conhecida como Lei Maria da Penha, um passo importante que altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. O protagonismo do movimento feminista e de mulheres foi o diferencial no processo de construção desta lei, propondo tratamento aplicado à demanda e uma legislação que apontasse a violência doméstica como questão complexa e carente de abordagem integral. Esta modalidade criminosa viola o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à individualidade, defendidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, a referida lei prevê que as políticas públicas que visem coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher deverão ser implementadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de ações não governamentais, com integração do Ministério Público, Poder Judiciário e defensoria Pública, juntamente com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação³.

Para fazer frente à fragmentação dos serviços aliada às dificuldades de diálogo entre setores, instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil é que a ideia de trabalho em rede ganhou força, buscando dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

Em trabalho relacionado à temática de mulheres rurais, Angeleti; Laurett et al.²⁹, na zona rural do município de Santa Maria do Jetibá - ES, por meio do projeto: "O artesanato como caminho de desenvolvimento humano, social e econômico", relataram que houve a humanização das mulheres rurais que atuam na agricultura familiar e observaram o "fortalecimento da organização social local; satisfação das mulheres por expressarem seu potencial criativo; fortalecimento da individualidade pela exposição de trabalhos ao público; criação de produtos locais e comercialização dos mesmos".

Para garantir a efetividade da implementação de atividades em grupo, é importante utilizar a estratégia de identificação do alcance dos saberes, costumes e valores das comunidades envolvidas, como eles são percebidos e de que forma deveria ser explorada a temática da violência doméstica, levando em consideração as singularidades locais. Nesse sentido, Torraine³⁰ sugeriu o "retorno do sujeito" como pensamento que permitirá que as pessoas tomem as rédeas de suas vidas, promovendo transformações.

5. Considerações Finais

A iniciativa demonstrou seu potencial nos 5 anos de execução e vem fortalecendo o movimento contra a violência doméstica, ao passo que aproxima as mulheres das comunidades rurais do acesso à informações e serviços públicos. É imprescindível sinalizar que o MLV possui uma grande potencialidade, pois se mostra replicável a qualquer comunidade, já que respeita a singularidade local, considera o aspecto histórico sociocultural e organiza as atividades a partir do diálogo com meninas e mulheres locais.

No cenário de pandemia de Covid-19, o espaço doméstico rural pode estar associado, para o gênero feminino, à instância da desproteção da integridade física e psicológica. Meninas e mulheres submetidas por relações de opressão, onde não são sempre passivas, estão mais expostas ao "conjunto simbólico de posturas" que faz com que homens preservem seus poderes sobre as mulheres em formato de violência. Por isso, faz-se tão importante à manutenção do esforço à formulação e implementação de novas estratégias no intuito de fomentar o protagonismo das mulheres rurais.

Apesar do sucesso no que pretendeu a experiência ora apresentada, algumas dificuldades devem ser apontadas, como a ausência de uma equipe exclusiva para conduzir as atividades, visto que o projeto conta apenas com voluntárias, e o processo de adaptação da proposta ao cenário de distanciamento social, que exigiu criatividade e desenvolvimento de novas habilidades de comunicação. Ademais, nem todas as mulheres da comunidade rural têm acesso à internet, o que limitou o alcance. Em tempos de pandemia, aguarda-se o retorno seguro das atividades de campo, para a retomada das palestras, rodas de conversa e oficinas com as temáticas de fortalecimento do protagonismo feminino e saúde, bem como o fomento ao diálogo entre as mulheres rurais e toda a comunidade em que estão inseridas.

6. Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como, à equipe do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar – GEPAF, da UFVJM – Campus Mucuri.

Referências

1. Foucault M. *Microfísica do poder*. 12ª ed. Machado R (org.). Machado R (trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal; 1996. 296 p.
2. Waiselfisz JJ. *ONU Mulheres. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO, 2015.
3. Brasil. Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. 2006.
4. Brasil. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2011.
5. Louro GL. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições 2008; v.19, n.2 (56): 17-23.
6. Scott J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Rev Educ e Real 1995; v.2, n.20 (2): 71 – 99.
7. Organização das Nações Unidas. *Plataforma Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em 02.10.2021.
8. Cruz JL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: reflexões associadas às iniciativas com Orçamentos Sensíveis a Gênero*. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas; 2019. UFMA. São Luís, Maranhão: Anais JOINPP; 2019.
9. Minas Gerais. Polícia Civil de Minas Gerais. *Dados de violência doméstica e familiar contra a Mulher, 2017; 2018; 2019; 2020*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. <http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/3118-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em 30.09.2021.
10. Cruz JL, Santos JL. *Violência doméstica contra mulheres: da realidade silenciada à costura da rede*. In: Carvalho DT, Silva EM, Santos PP (org.) *Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina*. Belo Horizonte: Editora D' Plácido; 2018: 241-270.
11. Almeida SS. *Violência de gênero e políticas públicas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; 2007. 258 p.
12. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mapeamento dos profissionais de saúde no Brasil: alguns apontamentos em vista da crise sanitária da Covid-19*. Nota Técnica Número 30. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200403_nota_tecnica_diest_30.pdf. Acesso em 04.10.2021.
13. Ferguson NM, *et al*. *Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand*. <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/mrc-gida/2020-03-16-COVID19-Report-9.pdf>. Acesso em 04.10. 2021.
14. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência doméstica durante a pandemia de covid-19*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 04.10.2021.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE - cidades. <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30.09. 2021.

16. Brasil. Comissão de Anistia. Projeto Marcas da Memória. Arpilleras da resistência política chilena. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Arpilleras-da-Resist%C3%Aancia-Pol%C3%ADtica-Chilena.pdf>. Acesso em 30.09.2021.
17. Cambuí L. Portfólio de ilustrações: Encontro mensal; Bolsas ilustradas. Projeto Mulher Livre de Violência. MLV. Teófilo Otoni, Minas Gerais. 2020.
18. Freire P. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 150 p.
19. Pires LL, Carvalho L, Xavier, LL. COVID-19 e Desigualdade no Brasil. *Journal Nurs. Manag.* 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340452851_COVID-19_e_Desigualdade_no_Brasil. Acesso em 02.10.2021.
20. Saffioti HIB. Gênero, Patriarcado e Violência. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 158 p.
21. Welzer-Lang D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias. *Rev. Estud. Fem.* 9 (2). 2001: 460-482.
22. Diniz D. Mundo pós-pandemia terá valores feministas em nosso vocabulário comum. *Folha de S. Paulo.* 06 abr. 2020; Entrevista: Úrsula Passos. Ano 100, nº 33.241.
23. Mlambo-Ngcuka P. Violência contra mulheres e meninas é pandemia invisível. ONU Mulheres. 07 abr. 2020. <https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/>. Acesso em 02.09. 2021.
24. Brasil. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres; 2011.
25. Saffioti HIB. O poder do macho. 11ª ed. São Paulo: Moderna, 1987. 134 p.
26. Sales CMV. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Rev. Estud. Fem.* 15 (2). 2017: 437-443.
27. Melo HP, Thomé D. Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.
28. Brasil. Portaria Nº- 80, de 26 de junho de 2003. Dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. <http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/pdf/legislacao/p802003.pdf>. Acesso em 30.09.2021.
29. Angeleti MP, *et al.* A arte e o artesanato como estratégia de trabalho com mulheres rurais. *Revi. Bras. Agroec.* 4 (2). 2009: 1540-43.
30. Torraine A. Crítica da Modernidade. 7ª ed. Edel EF (trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 431p.

Artigo Recebido: 04.11.2021

Aprovado para publicação: 10.03.2022

Camilla Rodrigues Paiva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar – GEPAF UFVJM
Rua do Cruzeiro, 01
Bairro Jardim São Paulo, Teófilo Otoni, MG
39800-000
Email: camilla.paiva@ufvjm.edu.br
